

# SUMÁRIO

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Publicado no *Diário Oficial da União* nº 191-A, de 5 de outubro de 1988

Preâmbulo.....	1
TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (Arts. 1º a 4º) .....	3
TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (Arts. 5º a 17).....	6
Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º).....	6
Capítulo II – Dos Direitos Sociais (Arts. 6º a 11) .....	17
Capítulo III – Da Nacionalidade (Arts. 12 e 13).....	23
Capítulo IV – Dos Direitos Políticos (Arts. 14 a 16).....	24
Capítulo V – Dos Partidos Políticos (Art. 17).....	27
TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (Arts. 18 a 43).....	29
Capítulo I – Da Organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19).....	29
Capítulo II – Da União (Arts. 20 a 24) .....	30
Capítulo III – Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28) .....	39
Capítulo IV – Dos Municípios (Arts. 29 a 31) .....	41
Capítulo V – Do Distrito Federal e dos Territórios (Arts. 32 e 33).....	46
Seção I – Do Distrito Federal (Art. 32).....	46
Seção II – Dos Territórios (Art. 33) .....	47
Capítulo VI – Da Intervenção (Arts. 34 a 36).....	47
Capítulo VII – Da Administração Pública (Arts. 37 a 43).....	49
Seção I – Disposições Gerais (Arts. 37 e 38).....	49
Seção II – Dos Servidores Públicos (Arts. 39 a 41).....	56
Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Art. 42)....	65
Seção IV – Das Regiões (Art. 43) .....	65
TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES (Arts. 44 a 135) .....	67
Capítulo I – Do Poder Legislativo (Arts. 44 a 75).....	67
Seção I – Do Congresso Nacional (Arts. 44 a 47) .....	67

Seção II – Das Atribuições do Congresso Nacional (Arts. 48 a 50) .....	68
Seção III – Da Câmara dos Deputados (Art. 51).....	71
Seção IV – Do Senado Federal (Art. 52).....	71
Seção V – Dos Deputados e dos Senadores (Arts. 53 a 56).....	73
Seção VI – Das Reuniões (Art. 57).....	76
Seção VII – Das Comissões (Art. 58).....	77
Seção VIII – Do Processo Legislativo (Arts. 59 a 69) .....	78
Subseção I – Disposição Geral (Art. 59).....	78
Subseção II – Da Emenda à Constituição (Art. 60) .....	78
Subseção III – Das Leis (Arts. 61 a 69).....	79
Seção IX – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 70 a 75)....	83
Capítulo II – Do Poder Executivo (Arts. 76 a 91).....	86
Seção I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República (Arts. 76 a 83).....	86
Seção II – Das Atribuições do Presidente da República (Art. 84).....	88
Seção III – Da Responsabilidade do Presidente da República (Arts. 85 e 86).....	89
Seção IV – Dos Ministros de Estado (Arts. 87 e 88) .....	90
Seção V – Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional (Arts. 89 a 91) .....	91
Subseção I – Do Conselho da República (Arts. 89 e 90).....	91
Subseção II – Do Conselho de Defesa Nacional (Art. 91).....	92
Capítulo III – Do Poder Judiciário (Arts. 92 a 126).....	93
Seção I – Disposições Gerais (Arts. 92 a 100) .....	93
Seção II – Do Supremo Tribunal Federal (Arts. 101 a 103-B) .....	103
Seção III – Do Superior Tribunal de Justiça (Arts. 104 e 105).....	110
Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais (Arts. 106 a 110)....	112
Seção V – Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juizes do Trabalho (Arts. 111 a 117).....	114
Seção VI – Dos Tribunais e Juizes Eleitorais (Arts. 118 a 121).....	118
Seção VII – Dos Tribunais e Juizes Militares (Arts. 122 a 124).....	119
Seção VIII – Dos Tribunais e Juizes dos Estados (Arts. 125 e 126).....	120
Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça (Arts. 127 a 135) .....	121
Seção I – Do Ministério Público (Arts. 127 a 130-A).....	121
Seção II – Da Advocacia Pública (Arts. 131 e 132).....	127
Seção III – Da Advocacia (Art. 133) .....	127
Seção IV – Da Defensoria Pública (Arts. 134 e 135) .....	128
TÍTULO V – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS (Arts. 136 a 144).....	129
Capítulo I – Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio (Arts. 136 a 141).....	129

Seção I – Do Estado de Defesa (Art. 136).....	129
Seção II – Do Estado de Sítio (Arts. 137 a 139) .....	130
Seção III – Disposições Gerais (Arts. 140 e 141) .....	131
Capítulo II – Das Forças Armadas (Arts. 142 e 143).....	131
Capítulo III – Da Segurança Pública (Art. 144).....	133
<b>TÍTULO VI – DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO (Arts. 145 a 169) .....</b>	<b>136</b>
Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional (Arts. 145 a 162) .....	136
Seção I – Dos Princípios Gerais (Arts. 145 a 149-A).....	136
Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar (Arts. 150 a 152).....	139
Seção III – Dos Impostos da União (Arts. 153 e 154) .....	142
Seção IV – Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal (Art. 155) .....	144
Seção V – Dos Impostos dos Municípios (Art. 156).....	148
Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias (Arts. 157 a 162).....	149
Capítulo II – Das Finanças Públicas (Arts. 163 a 169) .....	153
Seção I – Normas Gerais (Arts. 163 e 164).....	153
Seção II – Dos Orçamentos (Arts. 165 a 169).....	154
<b>TÍTULO VII – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA (Arts. 170 a 192) .....</b>	<b>164</b>
Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica (Arts. 170 a 181) .....	164
Capítulo II – Da Política Urbana (Arts. 182 e 183).....	170
Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Arts. 184 a 191).....	171
Capítulo IV – Do Sistema Financeiro Nacional (Art. 192).....	173
<b>TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL (Arts. 193 a 232) .....</b>	<b>175</b>
Capítulo I – Disposição Geral (Art. 193) .....	175
Capítulo II – Da Seguridade Social (Arts. 194 a 204) .....	175
Seção I – Disposições Gerais (Arts. 194 e 195).....	175
Seção II – Da Saúde (Arts. 196 a 200) .....	178
Seção III – Da Previdência Social (Arts. 201 e 202) .....	182
Seção IV – Da Assistência Social (Arts. 203 e 204) .....	187
Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto (Arts. 205 a 217) .....	188
Seção I – Da Educação (Arts. 205 a 214) .....	188
Seção II – Da Cultura (Arts. 215 a 216-A) .....	193
Seção III – Do Desporto (Art. 217).....	196
Capítulo IV – Da Ciência, Tecnologia e Inovação (Arts. 218 a 219-B) .....	197
Capítulo V – Da Comunicação Social (Arts. 220 a 224).....	198
Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Art. 225) .....	201
Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso (Arts. 226 a 230) .....	203
Capítulo VIII – Dos Índios (Arts. 231 e 232).....	207

TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (Arts. 233 a 250).....	208
<b>Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Arts. 1º a 114) .....</b>	<b>213</b>
<b>Emendas Constitucionais.....</b>	<b>269</b>
EMENDA CONSTITUCIONAL 2, DE 25 DE AGOSTO DE 1992 – Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	269
EMENDA CONSTITUCIONAL 3, DE 17 DE MARÇO DE 1993 – Altera dispositivos da Constituição Federal.....	269
EMENDA CONSTITUCIONAL 8, DE 15 DE AGOSTO DE 1995 – Altera o inciso XI e a alínea “a” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.....	270
EMENDA CONSTITUCIONAL 9, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995 – Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos.....	270
EMENDA CONSTITUCIONAL 17, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1997 – Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão 1, de 1994.....	270
EMENDA CONSTITUCIONAL 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998 – Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.....	271
EMENDA CONSTITUCIONAL 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998 – Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.....	273
EMENDA CONSTITUCIONAL 24, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999 – Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho.....	276
EMENDA CONSTITUCIONAL 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 – Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.....	276
EMENDA CONSTITUCIONAL 33, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001 – Altera os arts. 149, 155 e 177 da Constituição Federal.....	277
EMENDA CONSTITUCIONAL 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003 – Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.....	277
EMENDA CONSTITUCIONAL 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003 – Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.....	280
EMENDA CONSTITUCIONAL 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004 – Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.....	280

EMENDA CONSTITUCIONAL 47, DE 5 DE JULHO DE 2005 – Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.....	281
EMENDA CONSTITUCIONAL 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006 – Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal .....	282
EMENDA CONSTITUCIONAL 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	283
EMENDA CONSTITUCIONAL 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 – Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao <i>caput</i> do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.....	283
EMENDA CONSTITUCIONAL 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009 – Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	284
EMENDA CONSTITUCIONAL 67, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 – Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza .....	284
EMENDA CONSTITUCIONAL 69, DE 29 DE MARÇO DE 2012 – Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.....	285
EMENDA CONSTITUCIONAL 70, DE 29 DE MARÇO DE 2012 – Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.....	285
EMENDA CONSTITUCIONAL 78, DE 14 DE MAIO DE 2014 – Acrescenta art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre indenização devida aos seringueiros de que trata o art. 54 desse Ato.....	285
EMENDA CONSTITUCIONAL 79, DE 27 DE MAIO DE 2014 – Altera o art. 31 da Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.....	286
EMENDA CONSTITUCIONAL 86, DE 17 DE MARÇO DE 2015 – Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica .....	287

EMENDA CONSTITUCIONAL 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016 – Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.....	288
EMENDA CONSTITUCIONAL 97, DE 4 OUTUBRO DE 2017 – Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição .....	288
EMENDA CONSTITUCIONAL 98, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017 – Altera o art. 31 da Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.....	289
EMENDA CONSTITUCIONAL 100, DE 26 DE JUNHO DE 2019 – Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.....	290
EMENDA CONSTITUCIONAL 102, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 – Dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal e altera o art. 165 da Constituição Federal e o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	290
EMENDA CONSTITUCIONAL 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 – Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias .....	291
EMENDA CONSTITUCIONAL 104, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019 – Altera o inciso XIV do <i>caput</i> do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital .....	303
EMENDA CONSTITUCIONAL 105, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019 – Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.....	304
EMENDA CONSTITUCIONAL 106, DE 7 DE MAIO DE 2020 – Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.....	304
EMENDA CONSTITUCIONAL 107, DE 2 DE JULHO DE 2020 – Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.....	306
<b>Legislação Complementar</b> .....	309
DECRETO-LEI 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 – Código de Processo Penal* .....	309

\* Conteúdo parcial.

LEI 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular.....	312
LEI 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.....	317
LEI 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> .....	321
LEI 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal .....	324
LEI 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.....	330
LEI 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.....	335
LEI 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências .....	336
DECRETO 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 .....	341
LEI 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.....	362
DECRETO 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 – Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.....	364
<b>Súmulas</b> .....	373
<b>Índice Alfabético-Remissivo Unificado</b> .....	413